



Dewey e Simondon: o ato investigativo nas individuações biológica e psíquica

Dewey and Simondon: the investigative act in biological and psychic individuations.

Caio César Cabral*
caiock@gmail.com

Recebido em: 06/08/2022.

Aprovado em: 06/09/2022.

Publicado em: 18/11/2022.

Resumo: Nosso objetivo, no presente artigo, é propor uma articulação entre a *teoria da individuação* de Gilbert Simondon e a *teoria da investigação* de John Dewey. Em relação à primeira, serão enfatizados os aspectos “biológico” e “psíquico” de individuação; quanto à segunda, ressaltaremos seus principais elementos naturalistas e epistemológicos, assim como os conceitos mais gerais de “experiência” e de “natureza” de Dewey. Defenderemos que o processo de individuação tem estreita relação com a capacidade, possuída por todo indivíduo vivo, de solucionar problemas ou situações de conflito resultantes de sua constante interação com o ambiente. Proporemos, mais precisamente, uma conexão teórica entre o princípio ou conceito de individuação e a ideia de que existe no organismo vivente uma aptidão investigativa que não apenas restaura seu equilíbrio “metaestável”, como também, e ao mesmo tempo, lhe proporciona sempre uma nova individualidade, tanto biológica como psíquica. Esperamos obter, como resultado deste processo de síntese envolvendo as ideias de Simondon e de Dewey, uma compreensão ampliada das respectivas teorias da individuação e da investigação.

Palavras-chave: Gilbert Simondon. Individuação. Investigação. John Dewey.

Abstract: *Our goal, in this article, is to propose an articulation between Gilbert Simondon's theory of individuation and John Dewey's theory of investigation. In relation to the first, the “biological” and “psychic” aspects of individuation will be emphasized; as for the second, we will emphasize its main naturalist and epistemological elements, as well as Dewey's more general concepts of “experience” and “nature”. We will argue that the individuation process is closely related to the ability, possessed by every living individual, to solve problems resulting from their constant interaction with the environment. We will propose, more precisely, a theoretical connection between the principle or concept of individuation and the idea that there is in the living organism an investigative aptitude that not only restores its “metastable” equilibrium, but also, and at the same time, always gives him a new individuality, both biological and psychic. We hope to obtain, as a result of this process of synthesis involving the ideas of Simondon and Dewey, an expanded understanding of the respective theories of individuation and inquiry.*

Keywords: Gilbert Simondon. Individuation. Inquiry. John Dewey.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1 Introdução

Nossa proposta é verificar se a *teoria da individuação* de Gilbert Simondon, considerada especificamente em seus aspectos *biológico e psíquico*, pode ser articulada à concepção filosófica geral que John Dewey tem da vida e do organismo biológico (concepção relacionada a seus conceitos de “natureza” e de “experiência”), e sobretudo à sua *teoria da investigação*. Defenderemos que os processos de individuação biológica e

* Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo – Brasil (USP).

psíquica têm estreita relação com certa capacidade que todo ser vivo possui de *investigar* o meio externo no qual está inserido, ou seja, de solucionar situações conflituosas com este meio. Em outros termos, buscaremos revelar e desenvolver ligações conceituais que envolvam textos importantes de Simondon (sobretudo sua obra *A individuação à luz das noções de forma e de informação* (2005)), e também textos epistemológicos relevantes de Dewey, notadamente sua obra *Lógica: Teoria da Investigação* (1938). Por meio deste diálogo conceitual, esperamos alcançar uma compreensão refinada das respectivas teorias: a da individuação e a da investigação. Vale realçar que esta relação teórica ocorre, como se poderá perceber ao longo do desenvolvimento de nossa proposta, entre dois níveis respectivos: um nível ontogenético (em que se situa a teoria de Simondon) e outro epistêmico (no qual se encontra a filosofia de Dewey).

Iniciaremos o tratamento da questão expondo os elementos básicos da teoria geral da individuação de Simondon. Isso inclui, além destes elementos, uma exposição geral dos quatro modos de individuação que o autor propõe: a física, a biológica, a psíquica e a coletiva ou social. Feita esta exposição, traremos em seguida as ideias de Dewey – sobretudo aquelas ligadas à sua teoria da investigação – que julgamos relevantes para a abordagem dos aspectos biológico e psíquico do princípio de individuação de Simondon. Realizaremos, então, a operação de síntese propriamente dita envolvendo as ideias elencadas dos dois autores, tencionando enriquecer o sentido dos aspectos destacados tanto do princípio de individuação de Simondon quanto da teoria da investigação de Dewey.

2 Considerações básicas acerca da teoria da individuação de Simondon

Simondon inicia sua discussão filosófica do conceito de individuação criticando as concepções atomista e hilemórfica do ser individual. No atomismo, o princípio de individuação corresponderia a uma unidade atômica, constituída de um núcleo de permanência estável, que resiste e subsiste por si só: “o princípio de individuação, no atomismo, é a existência mesma da infinidade dos átomos” (SIMONDON, 2009, p. 25). Segundo o dualismo hilemórfico, o indivíduo é o resultado ou o composto engendrado tão somente pelo par matéria/forma. O hilemorfismo aristotélico concebe o princípio de individuação “contido ou na matéria ou na forma, uma vez que a operação de individuação não é capaz de fornecer o princípio mesmo, mas somente de empregá-lo” (SIMONDON, 2009, p. 25). Uma e outra escola pressupõem, assim, a existência de um princípio de individuação – o átomo e o composto matéria/forma, respectivamente – sem qualquer relação com o processo mesmo de individuação. Ou seja, já se postula o indivíduo como dado e sem relação com este processo. A subversão que Simondon promove ao investigar a gênese do indivíduo consiste em recusar o indivíduo já constituído ou o ente individuado como ponto de partida para a explicação dessa gênese. Trata-se, antes, de buscar a gênese do indivíduo no processo de individuação que o gera.

Simondon quer, então, “conhecer o indivíduo através da individuação, em vez de a individuação a partir do indivíduo” (SIMONDON, 2009, p. 26). Desse modo, o princípio de individuação é prioritário em relação às noções de forma e matéria, as quais, no entanto, não deixam de possuir certo sentido no processo de individuação, como se verá.

A compreensão do princípio de individuação de Simondon começa ao se ter em conta certas concepções ontológicas básicas do autor. Primeiramente, Simondon concebe o indivíduo não como uma essência fixa e idêntica a si mesma, não como algo que esgota em si todo o ser. O indivíduo, em vez disso, é concebido “como uma realidade relativa” (SIMONDON, 2009, p. 26), como possuidor de uma essência entendida como uma “fase” do ser, na qual se dão relações que compõem o indivíduo, e antes da qual existe apenas o que o autor chama de “realidade pré-individual” (SIMONDON, 2009, p. 26). O indivíduo surge, pois, a partir de um estado ou fase do ser pré-individual, antes da qual “não existia nem como indivíduo, nem como princípio de individuação” (SIMONDON, 2009, p. 26). Segundo Simondon, inicialmente existem energias ou forças compondo o ser pré-individual, sendo toda individuação uma

singularidade que se manifesta enquanto sistema tenso, no interior do qual estas forças entram em relação de tensão (SIMONDON, 2009, p. 26). Dá-se, então, no seio do ser pré-individual e com a formação do sistema, um processo de devir, concebido por Simondon como “uma dimensão do ser, e que corresponde a uma capacidade que tem o ser de *desfazer-se* em relação a si mesmo” (SIMONDON, 2009, p. 26, grifo nosso). Este desfazer-se (*se déphaser*, no original em francês) significa, então, estados de tensão entre forças, ocasionando fases ou repartições do ser pré-individual: “o ser no seio do qual se consuma uma individuação é aquele no qual aparece uma [...] repartição do ser em fases, que é o devir” (SIMONDON, 2009, p. 27). A partir disso, *o ser pré-individual individua-se; e está permanentemente individuando-se*.

Forma-se, assim, um sistema relacional individuante responsável pelo processo de individuação e rico em potenciais. Mas não é só o indivíduo que resulta deste processo, e sim “o par indivíduo-meio” (SIMONDON, 2009, p. 26).¹ Neste quadro, o devir auxilia o indivíduo a resolver as tensões, mas não as elimina, conservando-as sob forma de estrutura. Tal estrutura atinge equilíbrios sucessivos, que se dão a cada solução de tensões alcançada. A individuação é, assim, um sistema tenso em permanente estado de “equilíbrio metaestável” (SIMONDON, 2009, p. 28). Segundo Simondon, devemos compreender este equilíbrio não como mera estabilidade ou estado de repouso, uma vez que

o equilíbrio estável exclui o devir, porque corresponde ao mais baixo nível de energia potencial possível; é o equilíbrio que se alcança em um sistema quando todas as transformações possíveis foram realizadas e já não existe nenhuma força; todos os potenciais foram atualizados e o sistema, tendo alcançado seu nível energético mais baixo, não pode transformar-se de novo. (SIMONDON, 2009, p. 28).

Para Simondon, a noção de equilíbrio metaestável “deve muito ao desenvolvimento das ciências” (SIMONDON, 2009, p. 28), e tem como alicerce a “noção de energia potencial de um sistema” (SIMONDON, 2009, p. 28). O equilíbrio metaestável ocorre, mais exatamente, a partir de “um estado de sistema como o que preside a gênese dos cristais” (SIMONDON, 2009, p. 28). É, pois, no nível físico, em especial no caso da individuação cristalina, que o autor encontra o caso paradigmático do processo de individuação.

3 A individuação física

Simondon apresenta o processo de individuação física como exemplo básico de sistema metaestável e como constituindo o estágio inicial de individuação. O autor primeiramente explica que a energia potencial de um corpo físico “está ligada a uma possibilidade de transformação do sistema por modificação de seu estado energético” (SIMONDON, 2005, p. 91). O exemplo dado é o do corpo que é aquecido e colocado em presença de um outro corpo de temperatura diferente. Neste caso, a energia do primeiro se torna potencial por meio de uma relação de heterogeneidade em um sistema; ou seja, os dois corpos, com temperaturas diferentes, sofrem transformações ao serem postos em contato. Simondon explica que, no caso de qualquer objeto individual, “o fato de formar parte de um sistema define a possibilidade de ações mútuas em relação com os demais objetos que constituem o sistema” (SIMONDON, 2005, p. 93). O autor chega, com isso, ao seu postulado segundo o qual “a individuação necessita de uma verdadeira relação, que só pode existir em um estado de sistema que encerra um potencial” (SIMONDON, 2005, p. 93).

A gênese dos cristais não só contém tal relação como é tomada por Simondon como paradigma do processo de individuação. Para ele, a individuação cristalina não resulta do encontro entre uma forma e uma matéria prévias, constituídas anterior e separadamente, mas, antes, é uma resolução que surge no

1 O “meio”, segundo Simondon, “não pode ser algo simples, homogêneo, uniforme, mas deve ser originalmente atravessado por uma tensão entre duas ordens extremas de magnitude que o indivíduo mediatiza quando vem a ser” (SIMONDON, 2009, p. 26). Esta tensão e este ato de mediatização do indivíduo serão melhor entendidos quando falarmos sobretudo a respeito do conceito de “transdução”.

seio de um sistema metaestável rico em potenciais, sendo, pois, necessário que haja “forma, matéria e energia preexistentes em um sistema” (SIMONDON, 1964, p. 08). Este, segundo o autor, é o caso da individuação em seu nível mais primitivo. Nela já é possível “determinar caracteres da individuação [...] anteriores a toda ideia de substância” (SIMONDON, 2009, p. 106). Simondon explica que o cristal se desenvolve como indivíduo porque “ao redor de um germe cristalino desenvolve-se um conjunto ordenado que, além de incorporar uma matéria primitivamente amorfa e rica em potenciais, estrutura-a segundo uma disposição adequada de todas as partes entre si” (SIMONDON, 2009, p. 120).

Para Simondon, este germe estrutural é “a origem de uma orientação ativa que se impõe a todos os elementos progressivamente incluídos no cristal, à medida que cresce” (SIMONDON, 2009, p. 120). Mas o germe só pode guiar esta cristalização de um corpo amorfo se este último estiver em equilíbrio metaestável: “deve haver uma certa energia na substância amorfa que chega ao germe cristalino; mas, desde que o germe esteja presente, possui o valor de um princípio” (SIMONDON, 2009, p. 120). Assim, o germe é aquilo que orienta e submete não só a matéria amorfa com a qual se relaciona, como também a energia de todo o sistema em estado metaestável. Temos, então, no nível físico, em especial na individuação cristalina, não apenas forma e matéria, mas também e sobretudo a presença de uma “relação” e da “energia potencial” no processo de individuação.

Mas o cristal, embora contenha em si o germe cristalino, que orienta todo o processo de individuação, não dispõe de certo elemento que é característico apenas dos indivíduos biológicos: a “interioridade” característica do vivente. Tal noção é importante, pois é com esta interioridade que, como se verá, conseguiremos estabelecer as relações entre as ideias, por nós selecionadas, de Dewey e Simondon. Passemos, então, à teoria de Simondon acerca da individuação biológica.

4 A individuação biológica

Já sabemos que o autor, ao investigar o princípio de individuação, considera que, mais importante que o indivíduo enquanto resultado, é o processo mesmo de individuação pelo qual ele surge, ou seja, sua ontogênese. No caso do ser vivente, tal processo de individuação nunca está concluído; ao contrário, trata-se de um processo contínuo, sendo o próprio ser vivo o responsável por amplificar a operação de individuação. O indivíduo “se explica pela gênese de um ser e consiste na perpetuação desta gênese; o indivíduo é aquilo que foi individuado e que continua individuando-se” (SIMONDON, 2009, p. 281). Mas, como entender esta ampliação? Segundo o autor, ela ocorre devido à capacidade que o ser vivo tem de estar em comunicação ativa e permanente com o meio: “o vivente resolve problemas, não só adaptando-se ou modificando sua relação com o meio [...], mas também modificando-se a si mesmo, inventando novas estruturas internas” (SIMONDON, 2009, p. 31).

O autor refere-se ao indivíduo vivente como sendo também um “sistema”: “o indivíduo vivente é sistema de individuação, sistema individuante e sistema individuando-se” (SIMONDON, 2009, p. 31). Assim, para se compreender a atividade do vivente, mais uma vez “é preciso substituir a noção de equilíbrio estável pela de equilíbrio metaestável” (SIMONDON, 2009, p. 316). Ora, o sistema de equilíbrio estável de maneira nenhuma pode explicar a ação do indivíduo vivo, pois neste sistema “nenhuma transformação é possível, posto que todos os potenciais estão esgotados: é sistema morto” (SIMONDON, 2009, p. 316). Já o vivente em equilíbrio metaestável age, e, através de sua atividade, “mantém este equilíbrio metaestável, o transpõe, o prolonga, o sustenta” (SIMONDON, 2009, p. 136). E isso porque o ser vivo dispõe de uma “interioridade” atuante, a qual tem um papel “constituente no indivíduo” (SIMONDON, 2009, p. 31), ao passo que, no caso da individuação puramente física, como a do cristal, só os limites da extensão do indivíduo é que o constituem. Este interior do ser vivo é traduzido por Simondon como uma problemática interna, graças à qual o vivente, por estar em constante relação com o meio, “pode entrar como elemento em uma problemática mais vasta que seu próprio

ser” (SIMONDON, 2009, p. 32). Mas estes aspectos da interioridade biológica não bastam: o devir é, também aqui, elemento essencial de que se vale o autor para desenvolver sua compreensão do processo de individuação do vivente. O devir, segundo Simondon, é a base da individuação biológica porque é através dele que se chega à solução dos problemas. Entende-se, então, porque o indivíduo vivencia constantemente uma problemática interior e exterior. Dizer que o indivíduo vivente é problemático “é considerar o devir como uma dimensão do vivo [...]. Seu devir é uma individuação permanente” (SIMONDON, 2009, p. 33). Percebemos, portanto, que é no devir que aparecem constantemente as ocasiões problemáticas, as quais permitem “uma sucessão de acessos de individuação que avança de metaestabilidade em metaestabilidade” (SIMONDON, 2009, p. 33).

Nosso autor supõe ainda que, assim como no caso do cristal ou de qualquer outro indivíduo puramente físico, a individuação do ser vivo, constituída como sistema metaestável, surge no seio de uma totalidade (ou do ser) pré-individual.² No interior deste sistema,

a individuação não esgota toda a realidade pré-individual, e [...] um regime de metaestabilidade não só é mantido pelo indivíduo, senão também impulsionado por ele, de modo que o indivíduo constituído transporta consigo uma certa carga associada de realidade pré-individual, animada por todos os potenciais que a caracterizam. (SIMONDON, 2009, p. 32).

Ou seja, no caso do vivente “um certo nível de potencial se conserva, e são ainda possíveis outras individuações” (SIMONDON, 2009, p. 32).

O caso ilustrativo oferecido por Simondon pode ser observado no nível mais elementar da vida; nele, a individuação se dá com a formação da “membrana vivente” (SIMONDON, 2009, p. 335). Para o autor, “é a membrana que faz com que o vivente seja, a cada instante, vivente, porque esta membrana é seletiva: é ela que mantém o meio interior como tal em relação com o meio exterior” (SIMONDON, 2009, p. 336). Assim, a membrana seletiva, ao conservar tais propriedades, permite ao mesmo tempo a “autoconservação de uma metaestabilidade” (SIMONDON, 2009, p. 337); é na membrana que a vida “mantém ela mesma a metaestabilidade pela qual existe” (SIMONDON, 2009, p. 337).

No ser vivo, portanto, a interioridade tem importante papel na ampliação da individuação biológica; mas temos ainda outro tipo de individuação relacionada ao vivente: a psíquica. Veremos, a seguir, que o psiquismo constitui, na visão de Simondon, o nível ou estágio imediatamente seguinte da individuação vital.

5 A individuação psíquica e coletiva

A individuação *psíquica* dá-se em um ser que, para resolver sua própria problemática, intervém ele mesmo como elemento do problema através de sua ação como sujeito; ele representa para si mesmo “sua ação através do mundo como elemento e dimensão do mundo” (SIMONDON, 2009, p. 33). Em outros termos, a individuação psíquica ocorre quando o indivíduo toma consciência de que ele próprio faz parte de um problema, sendo justamente isso o que permite que sua ação intervenha na solução requerida. Explica Simondon que, neste caso, a carga de realidade pré-individual individua-se como *ser psíquico* que ultrapassa os limites do indivíduo vivente, e que o incorpora em um sistema que envolve o mundo. Só como ser psíquico o indivíduo está apto a resolver seus problemas *alterando* o mundo. Ou seja, não se trata

2 Deleuze (2008), comentando este estado problemático que já implica em si mesmo a individuação, explica que “no pensamento de Simondon, a categoria do ‘problemático’ ganha uma grande importância, justamente por estar provida de um sentido objetivo: com efeito, ela já não mais designa [...] um conceito subjetivo indeterminado, mas sim um momento do ser, o primeiro momento pré-individual. E, na dialética de Simondon, o problemático substitui o negativo. A individuação, portanto, é a organização de uma solução, de uma ‘resolução’ para um sistema objetivamente problemático” (DELEUZE, 2008, p. 119).

apenas de uma relação que inclui o mundo e suas circunstâncias, mas de uma verdadeira transformação da realidade. Segundo Simondon: “para compreender o que é a atividade psíquica no interior da teoria da individuação como solução do caráter conflitivo de um estado metaestável, é preciso descobrir as verdadeiras vias de instituição dos sistemas metaestáveis na vida” (SIMONDON, 2009, p. 34).

Estes sistemas instituem-se, pois, de maneira problemática, “a partir de uma [...] orientação de um ser vivente em um mundo polarizado” (SIMONDON, 2009, p.34). Diríamos, por agora, ser este “mundo polarizado” uma situação vivida na qual seus elementos constituintes e o indivíduo que a vive encontram-se em relação tensa, o que demanda do indivíduo certa capacidade psíquica para solucionar tal situação ou superar tal tensão. O indivíduo tem neste caso um duplo papel: “de uma parte enquanto elemento dos dados e de outra parte como elemento da solução” (SIMONDON, 2009, p. 412).

Num tal sistema metaestável, e de modo semelhante à individuação biológica, a relação indivíduo-meio torna-se uma dimensão importante da individuação, e o indivíduo participa deste processo relacional a partir da realidade pré-individual que, desse modo, se individua etapa por etapa. Ou seja: temos que o psíquico também é feito de “individuações sucessivas que permitem ao ser resolver os estados problemáticos” (SIMONDON, 2009, p. 35).

Podemos, neste ponto, destacar um conceito bastante caro a Simondon, o de *transdução*, por ser este um elemento indispensável, conforme se verá, nas discussões com Dewey. A transdução é definida por Simondon como uma operação física, biológica, mental e social, em que há estruturação sucessiva de domínios; “cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição da região seguinte, de modo que uma modificação ocorre progressivamente junto com a operação estruturante” (SIMONDON, 2009, p. 38).

A transdução é “uma individuação em progresso” (SIMONDON, 2009, p. 38): aplica-se a todos os casos em que se realiza uma individuação, ou seja, em um domínio no qual se dão relações e, portanto, tensões. A ideia de transdução como individuação progressiva afasta de vez o risco de se tomar o indivíduo já dado como princípio. É o que pensa Costa (2002, p. 301): “a importância desse conceito estaria justamente em nos ensinar a resistir a essa explicação da gênese do indivíduo a partir de condições já individuadas”. Já Accioly (2010, p. 58) esclarece que “transdução é o conceito da física que descreve a conversão de um tipo de energia em outro, e que esse autor [Simondon] utilizou de maneira não tradicional, postulando que tal conversão implica necessariamente uma variação na organização do sistema”.

O próprio Simondon ilustra a ideia valendo-se mais uma vez do caso do cristal:

um cristal que, a partir de um germe muito pequeno, cresce e se estende em todas as direções em sua água-mãe, proporciona a imagem mais simples da operação transdutiva: cada capa molecular já constituída serve de base estruturante à capa que se está formando. (SIMONDON, 2009, p. 38).

Segundo o filósofo, tal operação ocorre de forma progressiva e permanente, e tem como base a “heterogeneidade primordial de duas escalas de realidade” (SIMONDON, 2009, p. 39): uma maior que o indivíduo (a totalidade do sistema em estado metaestável, da qual o indivíduo participa) e uma menor que ele (a matéria próxima do germe cristalino, por exemplo, ou ainda, considerando-se o caso da individuação biológica, qualquer objeto material que o indivíduo vivente utiliza, absorve ou que submete à sua ação). A transdução expressa muito bem, portanto, não só a individuação física, como também “o sentido da individuação orgânica” (SIMONDON, 2009, p. 39); mas pode ser também compreendida como uma “operação psíquica” (SIMONDON, 2009, p. 39). Neste último caso, a transdução “é um procedimento mental, e mais ainda que um procedimento, é uma marcha do espírito que descobre” (SIMONDON, 2009, p.40); e isso porque é no próprio interior de um domínio tenso e rico em potenciais que a transdução encontra os meios de resolver o problema existente; ela “extraí a estrutura resolutória das tensões mesmas deste domínio” (SIMONDON, 2009, p. 41).

A individuação *coletiva*, por seu turno, é vista como um complemento espontâneo da psíquica, não havendo, assim, um hiato entre ambas: “as duas individuações, coletiva e psíquica, são recíprocas entre si” (SIMONDON, 2009, p. 33). A individuação coletiva é a que faz do indivíduo um indivíduo de grupo. Para Simondon, o grupo é “complemento de individuação em grande escala, que reúne uma pluralidade de indivíduos” (SIMONDON, 2009, p. 444). O indivíduo associa-se ao grupo através da carga de realidade pré-individual que leva consigo (a qual já vimos ser rica em potenciais e que, por isso mesmo, permite ao indivíduo entrar em uma relação dinâmica com outros indivíduos). Esta carga pré-individual, reunida à dos demais indivíduos, se individua, então, em unidade coletiva. Ou seja, agora não se trata mais dos problemas exclusivos do indivíduo, mas das tensões de uma coletividade individual. Segundo Simondon, o conceito de *transindividual* significa, neste quadro, o coletivo resolvendo a problemática psíquica; trata-se, pois, de um processo psicossocial que “não é nem o social bruto nem o interindividual” (SIMONDON, 2009, p. 33). Em vez disso, ele “supõe uma verdadeira operação de individuação a partir de uma realidade pré-individual associada aos indivíduos e capaz de constituir uma nova problemática que possui sua própria metaestabilidade” (SIMONDON, 2009, p. 33). É, pois, a realidade pré-individual, que cada um carrega consigo, que deve ser associada com a dos demais indivíduos, caso contrário não pode haver uma genuína individuação social. Nesta relação estreita: “o coletivo intervém como solução da problemática individual, o que significa que a base da realidade coletiva está já parcialmente contida no indivíduo, sob a forma da realidade pré-individual que permanece associada à realidade individuada” (SIMONDON, 2009, p. 33-34).

Feita esta exposição geral dos aspectos da teoria da individuação de Simondon, destacaremos agora dois deles, que serão depois articulados com o pensamento de Dewey. Primeiramente, conectaremos a teoria da “individuação biológica” de Simondon à tese de Dewey segundo a qual o ato investigativo é antecipado na conduta puramente vital. Proporemos, mais exatamente, que a “teoria da investigação” do filósofo pragmatista, assim como suas concepções de “experiência” e de “organismo”, permitem supor a existência de uma capacidade investigativa inerente ao ser vivo, a qual revelar-se-á crucial no processo de individuação biológica. A teoria de Simondon acerca da “individuação psíquica” também será articulada com a teoria da investigação de Dewey, uma vez que, como vimos, este segundo tipo de individuação dá-se quando o homem, ao resolver seus problemas frente ao mundo, intervém ele mesmo como elemento do problema através de sua ação como sujeito. Ora, é no seio desta relação problemática do indivíduo humano com o mundo que surge a investigação humana, ato que, a nosso ver, constitui dimensão importante da individuação psíquica: defenderemos que é neste ato – tal como Dewey o define – que o indivíduo humano atualiza o potencial do ser pré-individual que carrega consigo, não só solucionando problemas como adaptando-se ao meio. Estabeleceremos, assim, uma relação estreita entre a investigação e a operação psíquica concebida por Simondon como resolução de uma problemática.

6 Dewey: teoria da investigação, experiência e organismo vivente

Neste item apresentaremos os aspectos fundamentais da teoria da investigação de Dewey, e também sua concepção de experiência, de natureza e de organismo vivente; com estes elementos é que pretendemos construir as vias de ligação com o pensamento de Simondon.

Começemos com a teoria da investigação. Em sua obra *Lógica – Teoria da Investigação* (1938), Dewey explica que o ato investigativo tem relação estreita com a experiência humana concreta e com o mundo natural, possibilitando soluções práticas de situações problemáticas relacionadas à natureza e à própria vida. Tais soluções são alcançadas especialmente através do método científico experimental de investigação. Este último tipo de investigação, de caráter essencialmente lógico-empírico, envolve dados sobre objetos naturais manipulados experimentalmente, assim como teorias concernentes aos

dados. Tanto uns como outros são vistos pelo autor como os instrumentos da pesquisa, concorrendo para seu devido objetivo ou logro, que é a definição e ordenamento de toda situação vivenciada, inicialmente indefinida e desordenada. Dewey define a investigação como sendo

a transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma outra situação de tal modo determinada nas distinções e relações que a constituem, que possa converter os elementos da situação original em um todo unificado. (DEWEY, 1960, p. 104-105).

E esclarece ainda que, diante de uma situação problemática, “a base e o critério de execução de tal trabalho [...] consistem em delimitar o problema de modo tal que possa ser obtido material existencial com o qual sejam testadas as ideias que representam possíveis modos de solução” (DEWEY, 1960, p. 118). Os símbolos ou termos usados nas proposições são igualmente requeridos na pesquisa, já que seu papel é garantir que o material existencial e a ideia “possam desempenhar suas funções adequadas no controle da investigação” (DEWEY, 1960, p. 118).

Na visão naturalista de Dewey, toda investigação é sobretudo um modo eficiente de o ser humano adaptar-se ao ambiente. Além disso, uma afirmação do filósofo que julgamos particularmente relevante para nossa discussão é a de que o ato investigativo humano pode ser antecipado no nível das atividades puramente vitais. Mais precisamente, haveria, segundo o autor, uma relação de continuidade “entre operações investigadoras e operações biológicas e físicas” (DEWEY, 1960, p. 19).³

Dewey entende que a investigação, vista como atividade a que se tem dedicado o homem desde tempos muito anteriores ao advento das ciências, envolve relações estreitas entre a *experiência* e a *natureza*, conceitos estes debatidos pelo autor com riqueza de detalhes em sua obra *Experiência e Natureza* (1925). Nela, Dewey defende primeiramente que não se pode considerar a experiência como algo em desacordo com a natureza; a experiência não é, pois, um véu que impede nossa visão da natureza. Antes de qualquer coisa, a experiência é sempre “da tanto quanto *na* natureza” (DEWEY, 1958, p. 4a). Em outros termos: “não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza – pedras, plantas, animais, doenças, saúde, temperatura, eletricidade e assim por diante. Coisas interagindo de determinadas maneiras *são* a experiência” (DEWEY, 1958, p. 4a).

A experiência, em sua fase pré-cognitiva, envolve também as reações orgânicas de temor, espera, o próprio pensar, o planejar etc., relativos aos objetos. Em outros termos, na experiência bruta, não haveria qualquer divisão entre “sujeito” e “objeto” ou “experimentador” e “coisa experimentada”; tal experiência os conteria numa totalidade. “Coisa” e “pensamento”, embora possam vir a ser concebidos separadamente, têm sentido único no âmbito da vivência inicial concreta; são produtos discriminados pela reflexão a partir de uma experiência primária não-diferenciada. Experiência é, pois, “‘vida’ e ‘história’” (DEWEY, 1958, p. 8): é vida enquanto união íntima entre organismo e ambiência; é história enquanto registro e memória, planos e propósitos relativos aos objetos naturais.

Dewey nos dá mais algumas indicações sobre sua formulação científica da natureza da experiência em *Reconstrução em Filosofia* (1920). Aqui, a experiência é entendida a partir de uma perspectiva de caráter biológico, em que se verifica uma constante adaptação do organismo ao ambiente: “onde quer que haja vida [...] há atividade, e para que a vida possa continuar, necessário se torna que essa atividade seja, a um tempo, contínua e adaptada ao meio ambiente” (DEWEY, 1950, p. 82). E esta atividade inclui, segundo Dewey, uma reconstrução ativa do meio, a qual tem maior relevância quanto mais complexo é o ser organizado. O ser vivente, então, age sobre o meio e sofre as consequências de sua própria ação:

3 Piatt (1939) traz uma interpretação do naturalismo de Dewey que podemos já antever como sendo útil para o escopo deste artigo. Explica o autor que o cerne deste naturalismo é a ideia de que toda investigação tem sua origem em eventos naturais, os quais, esclarece, consistem em “organismos em interação com outros eventos naturais. Neste nível de comportamento primário, ainda não tornado sofisticado pela reflexão, o organismo encontra o ambiente satisfatório ou insatisfatório, receptivo ou não; estável ou não; e ele vê que a ordem destes eventos qualitativos pode, em alguma medida, ser modificada por suas próprias ações em resposta a suas necessidades” (PIATT, 1939, p. 113).

“esta conexão íntima entre agir e sofrer, ou afrontar, constitui aquilo que denominamos experiência” (DEWEY, 1950, p. 83).

Podemos, a partir deste contexto do pensamento do autor, extrair o que consideramos ser suas noções de “organismo vivente” e de “interação orgânica”, noções que, embora expostas por Dewey de forma não sistemática em seus textos, nos servirão para reforçar, como se verá, a articulação de sua filosofia com a teoria da individuação de Simondon. Segundo o filósofo pragmatista, todo organismo vivo individual constitui uma unidade, definida por uma relação de dependência entre suas partes constituintes. Explica Dewey que

cada parte de um organismo participa de uma ordem, bem como as partes de cada parte, e todas exercitam sua tendência seletiva e discriminatória nas interações com as coisas ao redor para que tal tendência se mantenha, o que ajuda a manter também o todo que compõem. (DEWEY, 1958, p. 256).

Podemos indicar ainda, com base nesta mesma passagem, outra característica do indivíduo biológico: a de totalidade, ou seja, o indivíduo é algo mais do que a simples soma de suas partes, devendo antes formar um todo organizado no qual há continuidade interna. Além disso, participa de modo importante da noção de indivíduo de Dewey certa independência desta totalidade viva em relação ao meio. Com efeito, esta independência pode ser entendida como o resultado da superação das tensões que o organismo experimenta no ambiente em que vive. Entretanto, devemos destacar que há independência, mas não isolamento do ser organizado, e dizemos isto baseados na visão de Dewey segundo a qual só se pode falar em organismo individual quando se tem em mente também o meio no qual ele se insere, ou quando o vemos conectado às condições naturais de vida oferecidas por este meio, pois do contrário não se tem um organismo vivo propriamente dito. Nas palavras de Dewey: “o organismo é ele mesmo uma parte do mundo natural e existe, enquanto organismo, em conexões ativas com seu ambiente” (DEWEY, 1960, p. 33-34). O próprio mundo natural, por sua vez, deve fazer parte das funções e atividades vitais do ser organizado. Só então este mundo pode ser chamado de “meio-ambiente” (DEWEY, 1960, p. 33).

O comportamento vital é visto, ademais, como um estado de desequilíbrio ou de necessidade, seguido de um esforço do indivíduo para satisfazer esta necessidade. Nas palavras do próprio Dewey, “o estado de equilíbrio perturbado constitui a necessidade. O movimento para restaurar o equilíbrio constitui a busca e a exploração; a recuperação do equilíbrio é o logro ou satisfação” (DEWEY, 1960, p. 27). Em *Experiência e Natureza*, o filósofo esclarece ainda que

necessidade significa uma condição de tensão na distribuição de energia tal que o corpo se acha num estado de desequilíbrio [...]. Entende-se por [...] esforço o fato de que este estado se manifesta por meio de movimentos que modificam os corpos que estão ao redor de modo que reagem sobre o corpo, e assim este restitui seu padrão característico de equilíbrio ativo. Entende-se por satisfação esta restituição do padrão de equilíbrio, como consequência das mudanças do meio ambiente devidas às interações com as demandas ativas do organismo. (DEWEY, 1958, p. 253).

Percebemos, pois, que o comportamento vital está sempre, na visão de Dewey, ligado a um fim; é um esforço de adaptação e integração. É da natureza do indivíduo buscar sempre restaurar o equilíbrio orgânico, que envolve elementos internos e externos ou ambientais. O corpo restitui seu padrão característico de equilíbrio segundo o modo como os objetos exteriores o afetam, ou ainda segundo o esforço ou busca que realiza pelas coisas existentes no ambiente que irão satisfazer suas necessidades. Uma vez satisfeitas tais necessidades, o estado de tensão é eliminado e o equilíbrio restabelecido. Com o que obtivemos até aqui, temos já condições de fixar a ideia ou pressuposto que é o ponto forte de ligação entre as filosofias de Dewey e Simondon: *sendo o indivíduo biológico um ser capaz de investigar*

e solucionar problemas, conceberemos esta capacidade investigativa como uma das características constitutivas dos processos de individuação biológica e psíquica.

Aplicaremos, a seguir, os elementos acima elencados do pensamento de Dewey à teoria da individuação de Simondon, com o que esperamos refinar nossa compreensão dos aspectos biológico e psíquico dessa teoria. Pretendemos também mostrar que, de forma simétrica, os conceitos e noções deweyanos de investigação, de experiência e de organismo podem obter, por meio desta mesma aplicação, uma significação ampliada e mais consistente.

7 Dewey e Simondon: a síntese entre o ato investigativo e as individuações biológica e psíquica

Segue agora a exposição da síntese por meio da qual buscaremos conectar os aspectos por nós destacados da teoria da individuação de Simondon com a ideia da capacidade investigativa do organismo vivente (ideia que forma, como vimos, um dos alicerces da teoria da investigação de Dewey). Começaremos retomando e utilizando como fio condutor o conceito simondoniano de individuação biológica.

Já sabemos que, segundo Simondon, “o vivente resolve problemas, não só adaptando-se ou modificando sua relação com o meio [...], mas também modificando-se a si mesmo, inventando novas estruturas internas” (SIMONDON, 2009, p. 31). Vimos também que há uma interioridade característica do ser vivo, traduzida por Simondon como uma problemática interna, graças à qual o vivente, por estar em constante relação com o meio, “pode entrar como elemento em uma problemática mais vasta que seu próprio ser” (SIMONDON, 2009, p. 32). Temos, além disso, a visão de Dewey segundo a qual o organismo vivo sofre estados de desequilíbrio em sua relação com o meio, o que o leva à busca e à satisfação das necessidades daí decorrentes. Sendo assim, propomos a ideia de que a individuação do organismo vivente é um processo de superação de tensões internas, as quais, por sua vez, acham-se firmemente ligadas a circunstâncias problemáticas externas. O próprio meio externo tem participação ativa nesta superação – e fazemos esta afirmação recordando os pressupostos de Dewey de que (1) só se pode falar em “organismo” quando o consideramos conectado com o ambiente, e de que também (2) só com tal conexão estreita existe o que se chama “meio-ambiente”. Pois bem, se dissermos que esta superação da tensão é ela mesma um processo investigativo, entendido aqui como esforço e busca por um estado de satisfação, seria legítimo, então, pensarmos que tal ato investigativo significa, no processo mesmo de individuação, a ação da interioridade do indivíduo vivente da qual fala Simondon, sendo esta ação a responsável pela interação dinâmica com o meio, sem a qual não se recupera o equilíbrio orgânico.

Outro ponto sobre a individuação biológica que vale recordar, é a ideia de que, no nível mais elementar da vida, o processo de individuação se dá, segundo Simondon, com a formação de uma “membrana”, a qual pode, devido à sua capacidade de seleção, distinguir e separar os meios interior e exterior, sendo por isso mesmo responsável pela manutenção da individualidade do vivente (SIMONDON, 2009, p. 335). Nossa proposição conceitual é que, neste estágio, cabe à interioridade do vivente, por ser dotada de aptidão investigativa, superar, através da membrana, as tensões envolvendo os meios interno e externo, e manter, assim, a estabilidade interna. Argumentaremos, mais exatamente, que, sendo a individuação um processo ininterrupto, é sobretudo por meio desta função investigativa, desempenhada constantemente pela interioridade do indivíduo vivo (e já a partir do nível dos organismos unicelulares) que o problema – ou o conflito com o exterior – é resolvido, a estabilidade orgânica é temporariamente recuperada e as individualidades biológicas, enfim, se sucedem.

A individuação psíquica, conforme já sabemos, também é problemática; ela inclui, segundo Simondon, o mundo e o indivíduo humano, sendo este último considerado como sujeito. Neste registro, é a *relação problemática com o mundo* que nos interessa, pois é no seio desta relação que o sujeito ou o indivíduo humano investiga. Vimos mais atrás que tal relação é, na visão de Simondon, uma

dimensão da individuação, e que a atuação do indivíduo, enraizada na realidade pré-individual que o constitui, não só resolve o problema, como faz ainda com que esta realidade se individue etapa por etapa. Proporemos, então, a ideia de que tal atuação significa exatamente a pesquisa diante de uma situação problemática; é, pois, no ato de investigar que o indivíduo humano atualiza o potencial do ser ou da realidade pré-individual que carrega consigo. Simondon também identifica a atividade psíquica com a solução do caráter conflitivo de um estado metaestável, sendo importante, neste caso, que se descubra “as verdadeiras vias de instituição dos sistemas metaestáveis na vida” (SIMONDON, 2009, p. 34). Quanto a este ponto, e em concordância com o pensamento de Dewey, diremos que a instituição destes sistemas metaestáveis significa exatamente a vivência das situações problemáticas, vale dizer, a experiência do desequilíbrio orgânico e a necessidade de busca, fatores que, para o filósofo pragmatista, exigem e preparam o ato investigativo.

Com respeito ao conceito de *transdução* de Simondon, por nós já destacado neste texto, diremos que a “operação estruturante” definidora deste conceito pode ser identificada, no nível da individuação psíquica, com as *etapas da investigação* elencadas por Dewey.⁴ Para Dewey, toda pesquisa é um processo de definição de uma situação a princípio indefinida, e tal definição (ou solução alcançada) funciona ainda como princípio ou ponto de partida para investigações subsequentes (DEWEY, 1960, p. 9); e aqui acrescentaríamos: para novas estruturações. Defenderemos, portanto, que, *assim que se tem uma nova situação tensa ou problemática, dá-se um novo processo investigativo (ou seja, a própria transdução). Tal processo estruturante é próprio de um ser que carrega consigo o potencial característico da realidade pré-individual; um ser que, ao viver novamente um estado de desequilíbrio (na relação entre organismo e meio), está pronto para investigar, iniciando ou sofrendo, com isso, um novo processo de individuação.* E sobre as duas escalas primordiais de realidade, as quais, segundo Simondon, compõem o processo transdutivo, afirmaremos que, no ato investigativo, uma destas escalas é a *situação total tensa ou conflituosa, maior que o indivíduo*, já que este é só uma parte de tal situação; enquanto a outra é o conjunto dos *componentes materiais únicos* da situação problemática, os quais estão submetidos à ação investigativa do indivíduo, *podendo por isso ser considerados menores que ele*. O indivíduo humano investiga a situação, ordenando-a ou definindo-a, ou seja, estruturando-a; e tal estruturação (vale dizer outra vez, o processo mesmo de transdução) abre caminho para futuras estruturações ou soluções, à medida que novas situações problemáticas são experimentadas. Com tudo isso, percebe-se que, ao mesmo tempo em que trazemos a concepção deweyana da pesquisa como fator que dá sentido mais amplo à transdução de Simondon, esta mesma ideia de pesquisa pode ser considerada como significando, em si mesma, um processo transdutivo.

8 Conclusão

A impressão que se tem, num primeiro momento, é a de que os trabalhos dos dois filósofos abordados neste documento não dão indicação de alguma possível relação existente entre um e outro. De fato, as preocupações filosóficas e os universos conceituais de John Dewey e de Gilbert Simondon são distintos, assim como seus objetivos e métodos. São também diferentes, como já apontado no início deste artigo, os níveis teóricos em que ambos se movimentam: o ontogenético (que é o de Simondon) e o epistêmico (no qual se situa Dewey). Não obstante, um estudo atento dos principais textos destes autores revela pontos notáveis de ligação entre suas filosofias (e, portanto, entre os dois níveis teóricos destacados). Para nós, o exame feito neste artigo decerto mostra que a teoria da investigação de Dewey, assim como seu modo de

4 Podemos aqui rapidamente apontar as cinco etapas da pesquisa identificadas por Dewey (1960). A investigação ocorre, segundo ele, mediante a experiência de uma (1) *situação problemática*. Ocorre, então, a (2) *definição do problema*, que deve conter, nos termos de seu enunciado, a direção de uma possível (3) *solução* ou *hipótese* enquanto efeito prático antecipado. Esta deve ser, em seguida, examinada com referência à sua capacidade como instrumento de solução, sendo este exame o (4) *raciocínio*. A hipótese, no entanto, só poderá chegar ao grau de conhecimento quando submetida ao teste, ou seja, com sua (5) *confirmação*.

entender as noções de “organismo vivente”, de “experiência” e de “natureza”, oferecem embasamento para pensarmos numa articulação de suas teses com a teoria da individuação de Simondon (considerada, como deixamos enfatizado, em seus aspectos biológico e psíquico). Não tivemos a pretensão, porém, de oferecer um trabalho definitivo de síntese das teorias elencadas dos dois filósofos; uma incumbência desta natureza sequer caberia no espaço de um artigo acadêmico. Assim, o que fizemos foi nada além de uma tentativa de sugerir e explorar um pouco da convergência vislumbrada, abrindo caminho para se obter quiçá uma compreensão mais refinada das visões filosóficas aqui discutidas.

Referências

- ACCIOLY, M. A. *Isto é simulação: a estratégia do efeito do real*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- COMBES, M. *Simondon: Individu et collectivité. Pour une philosophie du transindividuel*. Paris: PUF, 1999.
- COSTA, R. DA. Gilbert Simondon e a operação de individuação. *Interlab: labirintos do pensamento contemporâneo*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- DAMASCENO, V. Notas sobre a individuação intensiva em Simondon e Deleuze. *O que nos faz pensar*, v. 21, p. 173-186, 2007.
- DELEUZE, G. Gilbert Simondon, O indivíduo e sua gênese físico-biológica. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- DEWEY, J. Body and Mind. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, v. IV, n.1, 1928.
- DEWEY, J. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications, 1958.
- DEWEY, J. *Logic: The Theory of Inquiry*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.
- DEWEY, J. *Reconstruction in Philosophy*. Mentor Book, The New American Library, 1950.
- DEWEY, J. *Textos Seleccionados*. Col. Os Pensadores, v. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- KALLEN, H.M. Individuality, Individualism, and John Dewey. *The Antioch Review*, v.19, n. 3, 1959. DOI: <https://doi.org/10.2307/4610165>
- PIATT, D. A. Dewey's Logical Theory. *The Philosophy of John Dewey* (Library of Living Philosophers), Chicago: Northwestern University, 1939.
- POPP, Jerome A. *Evolution's first philosopher: John Dewey and the continuity of nature*. New York: State University of New York, 2007.
- SIMONDON, G. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: PUF, 1964.
- SIMONDON, G. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Grenoble: Millon, 2005.
- SIMONDON, G. *La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2009.
- VIRNO, P. Multidão e princípio de individuação. In. *Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro: LATEC/UFRJ, 2004. p. 27-40.